



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

1ª Sessão Plenário Virtual Extraordinária – 12.07.2022

Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00478/2021-07 (Embargos de Declaração)

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Embargante: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público

Embargado: Procuradoria Geral da República

Advogado: Fábio Fontes Estillac Gomez

Objeto: Ministério Público da União. Procuradoria-Geral da República. Portaria PGR/MPU n. 29/2021. Assistência médico-hospitalar do Membro do MPU proporcionada pela União por meio do Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público da União - Plan-Assiste. Garantia a Membros de ressarcimento individual, na forma de indenização, dos gastos com contribuição e custeio do Plan-Assiste. Descumprimento da Resolução n. 223/2020 CNMP. Omissão quanto à regulamentação relativa a servidores. Violação dos princípios da igualdade, legalidade e razoabilidade. Pedido de liminar.

Presidente da Sessão: Antônio Augusto Brandão de Aras

Decisão: O Conselho, por unanimidade, conheceu dos Embargos de Declaração e, no mérito, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. O Conselheiro Ângelo Fabiano não proferiu voto.

Daniela Nunes Faria Teixeira
Secretária Processual